

Clínicas do Trabalho em tempos de pandemia

Clínicas do Trabalho e pandemia

Fernanda Spanier Amador¹

Maria Elizabeth Barros de Barros²

Resumo

O artigo aborda os efeitos da pandemia no mundo do trabalho na perspectiva do campo Clínico do Trabalho. Mapeiam-se algumas das novas questões que se apresentam em termos de mudança nos modos de organização do trabalho, experiência do labor e implicações ético-político-estéticas nesse processo. Por estas últimas, entendem-se os modos como o agir no mundo entre trabalhadoras e trabalhadores vai se desenhar, os processos de coletivização e/ou individualização que serão produzidos, bem como o estatuto dos modos de vida que serão criados. Analisa-se, ainda, o que pode a Clínica do Trabalho na pandemia, bem como quais são as modulações necessárias no campo clínico do trabalho tendo em vista as novas urgências de nosso tempo. Exaltamos a importância de acompanhar a normatividade experimentada no e pelo trabalho como atividade nesse momento de intensas transformações dos processos de trabalho em razão da crise sanitária da Covid-19.

Palavras-chave: Psicologia do Trabalho; Pandemia; Covid-19

Abstract

This article addresses the effects of the pandemic on the labor world from the perspective of the Clinical Labor field. Some of the new questions that are posed in terms of change in the ways of work organization, work experience and ethical-political-aesthetic implications in this process are mapped here. By the latter we understand the forms in which action in the world between male and female workers will be drawn, the processes of collectivization and/or individualization that will be produced, not to mention the status of the ways of life that will be created. It also analyzes what the Labor Clinic can do in the pandemic, as well as what modulations are necessary in the clinical field of work in view of the new urgencies of our time. We exalt the importance of following the normativity experienced in and through work as an activity in this moment of intense transformations in work processes due to the health crisis in Covid-19.

Keywords: Work Psychology; Pandemic; Covid-19.

Resumen

El artículo aborda los efectos de la pandemia en el mundo del trabajo desde la perspectiva del campo del trabajo clínico. Se mapean algunas de las nuevas preguntas que se plantean en términos de cambio en las formas de organización del trabajo, experiencia laboral e

¹ Psicóloga, Doutora em Informática da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é Professora Associada da Universidade Federal Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço para correspondência: Rua Silva Jardim, 475/302. Mont Serrat. Cep: 90.450-071., Porto Alegre/RS/Brasil. Email: feamador@uol.com.br

² Psicóloga, Doutora em Educação na área de Educação e Sociedade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pós-doutora em Saúde do Trabalhador pela Escola Nacional Saúde Pública/RJ (ENSP) e em Saúde Coletiva pela Universidade Federal Fluminense (UFF), é Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: betebarros@uol.com.br

implicaciones ético-político-estéticas en este proceso. Por este último entendemos las formas en que se diseñará la acción en el mundo entre trabajadores y trabajadoras, los procesos de colectivización y/o individualización que se producirán, así como el estado de las formas de vida que se crearán. También analiza qué puede hacer la Clínica del Trabajo en la pandemia, así como cuáles son las modulaciones necesarias en el campo clínico del trabajo en vista de las nuevas urgencias de nuestro tiempo, entre las cuales destacamos la importancia de seguir la normatividad experimentada en el y para el trabajo como actividad, en este momento de intensas transformaciones en los procesos laborales debido a la crisis de salud de Covid-19. **Palabras llave:** trabajo; Pandemia de Covid-19; Clínicas Laborales.

Março de 2020. As notícias de um vírus altamente letal que acometia pequena cidade da China já circulavam nos noticiários do mundo inteiro desde dezembro de 2019, quando, então, ainda nos parecia uma possibilidade distante. Em meados daquele terceiro mês de um ano que já anunciava fugir de qualquer previsão, soubemos que teríamos que iniciar práticas de isolamento social. Aulas canceladas na universidade, negociações com alunas e alunos, com os campos de estágio, de extensão e de pesquisa, realização de reuniões *on-line* para continuarmos a tarefa de gestão da universidade, medidas de higienização constantes em nossos ambientes domésticos, cuidados extremos em caso de saída de casa. Iniciava-se um período de incertezas e indeterminações ante a ameaça de algo que se impunha sobre nós: já estávamos vivendo a pandemia, palavra essa que na etimologia grega designa “o que se coloca sobre o povo”.

Em pouco tempo, nossas rotas habituais foram canceladas. Alguns de nossos gostos (e desgostos) cotidianos foram adiados ou cancelados. Experimentávamos um corte no fluxo de um tempo que há muito se impunha sobre nós: um tempo das horas, dos minutos, dos segundos preciosos pelos quais fazíamos-nos produtivas e consumistas. Produtivas pelo trabalho acadêmico que não vem saindo ileso dos atravessamentos neoliberais que lhe impõem limites cada vez mais explícitos; produtivas nos mais diversos espaços presenciais ou internéticos pelos quais nos mantemos conectadas, alimentando redes de afetos e negócios que se fazem de modo deslizante (ou seria rastejante?) por entre as plataformas digitais. Em um clique falamos umas com as outras, uns com os outros, em um clique fornecemos dados para uma gama extensa de empresas que captam nossos desejos para nos oferecer seus produtos e, assim, colaboramos para que o capitalismo continue seu processo de reprodução.

É, um novo episódio se impôs sobre o povo nesse março de 2020. Mas algo já vinha se impondo de modo insidioso em cada reiteração normativa de uma lógica de habitar o planeta extrativista, individualista e “antipolítica”. Espécie de “pandemia” que já nos assolava provocando serializadas respostas por parte de nosso próprio desejo. Antipolítica por ir na contramão das práticas que agregam e abrem fóruns de diálogo nos espaços da urbe. Diz

Hanna Arendt: “A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (Arendt, 2006, p. 28). Política é vida ativa, é vida qualificada e não vida nua. “[...] o fato do homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado (Arendt, 2009, p. 191). Uma vida qualificada é forjada no encontro e no confronto de pluralidades, no debate livre em um espaço público. O que nos torna seres políticos é nossa força para agir e interferir, produzir grupalidade, agir em comunhão. Para que haja ação é necessário, portanto, que os humanos se comuniquem, interajam e se expressem por meio do discurso no espaço público, espaço de exercício de práticas de liberdade, que estaria associado à capacidade de agir com o outro. Logo, se o coletivo é sequestrado, estaríamos diante da antipolítica.

Agora estamos isolados em nossas casas (quem as tem), experimentando o mais concreto dos limites a estar com o outro fazendo existir a *pólis*, mas já estávamos, de certa maneira, apartados quando movíamos-nos na direção de fazermos a nós mesmos o melhor dos contornos de uma “identidade presumida e heterodeterminada” pelo capitalismo. Nossos corpos sempre foram o alvo das ações de toda ordem de políticas que, importante destacar, são sempre políticas do corpo, políticas que fabricam corpos, colocando-os em funcionamento. A experiência vivida hoje pela pandemia da Covid-19 nos apresenta questões importantes, acirrando uma lógica bio/necropolítica em curso no âmbito do neoliberalismo. As determinações governamentais, visando ao controle da pandemia, expressam estratégias de poder que buscam ordenar os corpos segundo determinada lógica que, no momento, está marcada por um controle midiático-cibernético, como nos sinaliza Preciado (2020).

A integração do trabalho imaterial (Lazzarato & Negri, 2001) no trabalho industrial e no setor de serviços, com as modalidades de criação e apropriação social do valor criado mediante a informação e o conhecimento, vem exigindo novas formas de controle. Corpo e subjetividade contemporâneos não são mais regulados apenas pela passagem por locais disciplinares de trabalho como fábrica e hospital, dentre outros, mas principalmente por um conjunto de tecnologias digitais e de transmissão e informação. Tais contornos de regulação tendem a se acirrar tendo em vista a pandemia, com a expansão do trabalho remoto, das reuniões virtuais e dos debates por meio de plataformas digitais. Desenha-se, assim, uma situação que configura apenas um dos tantos cenários na esfera das problemáticas contemporâneas que tangem ao trabalho, se considerarmos as mais diversas situações que acometem mulheres e homens que se encontram ultraexplorados, pela intensa precarização das condições de trabalho, além das pessoas que se encontram com sobretrabalho na linha de

frente do enfrentamento do vírus, como os trabalhadores e trabalhadoras da saúde e de outros segmentos das políticas públicas, exercendo funções com forte caráter relacional junto à população e que vêm sofrendo, em nosso país, sérias investidas no sentido da retirada de recursos públicos. Lembramos, ainda, os diversos autônomos do setor privado, muitos deles “uberizados” (Franco & Ferraz, 2019), bem como o enorme contingente de desempregados que a crise sanitária só aumentará. Sem falar nas variadas nuances que o racismo, o sexismo e o capacitismo¹ conferem ao horizonte de problemáticas que urgem sejam consideradas nas práticas clínicas do trabalho em tempos de pandemia.

As desigualdades que acompanham os diversos marcadores sociais já dão, afinal, seus sinais quando se acompanham os dados no Brasil e no mundo, os quais indicam que a Covid se mostra mais mortífera entre os negros brasileiros e que ela atinge de maneira diferenciada as mulheres, tendo em vista que sobre elas recaem, geralmente, as tarefas de cuidado tanto de filhas e filhos quanto de idosas e idosos da família, bem como é por elas que o trabalho doméstico, quase sempre na informalidade, costuma ser realizado. Destaca-se também que as pessoas com deficiência já enfrentam particulares dificuldades em razão da mudança nos processos de trabalho, os quais passam a requerer o emprego de plataformas digitais para informação e comunicação em modalidades que impõem novas condições de comunicabilidade².

Milhões de trabalhadores e trabalhadoras vêm sendo protagonistas, muitas vezes “sem holofotes”, das mais diversas situações de trabalho marcadas, cada vez mais, pela precarização, pelo ataque a seus direitos e pelos indícios concretos de sua extinção em uma situação que assume contornos peculiares na realidade brasileira. Extinção que pode ganhar as mais variadas nuances, indo da morte até a própria dissolução do que se concebia até então como a trabalhadora, o trabalhador. Motoristas de aplicativo em um misto de empreendedores, como quer o mercado, e de trabalhadores explorados e pauperizados se oferecem como ícones desse processo de apagamento.

Além disso, o índice de desemprego chega a números alarmantes no Brasil (até o presente o momento, já temos, segundo dados do IBGE³, mais de 12 milhões de trabalhadores desempregados), e o quadro que se desenha é de que muitos postos de trabalho não têm perspectiva de retornarem. Discutir a situação do desemprego não está em foco no presente artigo, mas consiste em questão da mais alta relevância para o campo das Clínicas do Trabalho. Contudo, vale destacar que não desconsideramos esse panorama nos mundos do trabalho que a pandemia tem produzido. Importante dizer que o foco das pesquisas e intervenções que temos realizado estão direcionadas para trabalhadores e trabalhadoras que,

até o momento, não têm seus postos de trabalho extintos nem estão desempregados. Trata-se de funcionários públicos que experimentam no Brasil outros modos de ameaça, como o contingenciamento e, até mesmo, cortes de verba para as diferentes políticas públicas. Somando a tais operações governamentais, a ameaça do Coronavírus configura um cenário com particularidades no que tange às problemáticas Clínicas do Trabalho, problemáticas essas que dizem dos modos como homens e mulheres fazem a microgestão dos processos de trabalho nas situações cotidianas, os quais se encontram na base das discussões neste artigo.

Lazzarato (2020) afirma que a tríade concentração, globalização e financeirização vem produzindo modos de organizar o sistema de saúde no mundo, esfera essa absolutamente central em tempos de Covid-19 e que também vem gerando efeitos nos modos de organização da vida e do trabalho em diferentes outras esferas públicas e privadas. Tal tríade gera, então, em tempos de pandemia, uma situação em que a economia figura como aquilo que necessita ser salvo. Os efeitos de tal lógica no campo do trabalho são imediatos, como podemos observar no Brasil do coronavírus, onde carreatas aglomeram pessoas pedindo a volta ao trabalho, a despeito das orientações das autoridades sanitárias para manter o isolamento social, desenhando uma caricatural figura do homo oeconomicus do século XXI. São pessoas muitas delas pertencentes à elite econômica ou então de classe média almejando tornarem-se pretensos “cases de sucesso e superação”, no mundo empresarial e na vida.

Pensar os efeitos da pandemia no mundo do trabalho já se apresenta como desafio interdisciplinar⁴: economia, psicologia, antropologia, sociologia, saúde coletiva, entre outras áreas do conhecimento, o que nos leva a pensar no “futuro” do trabalho ou, dito de outro modo, no mundo do trabalho na pandemia e após ela. O trabalho como experiência é nosso motor de pensamento neste escrito. Como trabalhadoras no campo da educação como professoras e pesquisadoras na esfera da Psicologia Social e Institucional, nosso objeto de estudos e investigação passa pela análise de como mulheres e homens fazem a experiência do trabalho, notadamente, em Políticas Públicas. Nesse sentido, aqui trazemos algumas inquietações que surgem a partir de nosso percurso como Clínicas do Trabalho no âmbito dessas políticas. Temos sido demandadas a intervir em situações nomeadas como de “sofrimento psíquico” por parte de trabalhadoras e trabalhadores que solicitam apoio para o enfrentamento das adversidades que esses tempos nos apresentam. Professores e professoras, agentes socioeducativos, trabalhadores e trabalhadoras da saúde, entre tantos outros técnicos e técnicas com atuação nos mais variados segmentos das políticas públicas, diagnosticados com síndrome do pânico, ansiedade e depressão, estão sendo medicalizados e solicitam outros

modos de lidar com esse estado de coisas, tentando escapar dessa medicina que tem como estratégia uma biopolítica, uma tecnologia do corpo social, como nos indicou Foucault (2008). Uma prática política que consiste essencialmente em majorar a produção da população, a quantidade de população ativa, a produção de cada indivíduo ativo.

De imediato, algumas questões surgem: Como atender a essa demanda recusando essas estratégias de medicalização da vida? Como pensar uma Clínica do Trabalho que não se deixe levar pelas insistentes tentativas de psicologização dessas demandas que nos chegam? Como recusar práticas higienistas que recrudescem a criação de setores especializados a fim de “cicatrizo o social” por práticas que, longe de permitir o desenvolvimento do poder de agir dos trabalhadores, autorizam sua desclassificação no estatuto de sujeitos frágeis (Clot, 2010). Uma direção que temos seguido é a de estarmos atentas à dimensão micropolítica do trabalho, ou seja, aos movimentos que vão se fazendo no curso das situações laborais no presente e que provocam o que está instituído, produzindo normatividades⁵ outras, movimentos que tentam desestabilizar o que está formalizado. As políticas governamentais que estão sendo atualizadas, apesar de operarem por macrodecisões e escolhas binárias, têm uma extensa dimensão de indecidibilidade, pois “a decisão política mergulha necessariamente num mundo de indeterminações, atrações e desejos, que ela deve pressentir ou avaliar de um outro modo” (Deleuze, 1992, p. 102). Logo, uma política que age por meio de julgamentos molares, mas seu acontecer é micropolítico.

São muitas as perspectivas pelas quais linhas problemáticas podem ser abertas quando se trata de discutir o trabalho em tempos de pandemia, sendo que neste escrito seguimos as trilhas indagativas referentes ao campo das Clínicas do Trabalho. Ocupando-se tal campo das articulações entre trabalho, subjetividade e saúde, as análises aqui propostas têm por objetivo, mapear algumas das novas questões que se apresentam em termos de mudança nos modos de organização do trabalho, na experiência do labor, e as implicações ético-político-estéticas nesse processo. Por estas últimas entendemos os modos como o agir no mundo entre trabalhadoras e trabalhadores vai se desenhar, os processos de coletivização e individualização que serão produzidos, bem como o estatuto dos modos de vida que serão criados. Tais aspectos serão abordados na seção O vírus como “infidelidade do meio”: modulações da experiência pela gestão do trabalho como atividade. Em uma linha derivada desse feixe de questões traçamos, como segundo objetivo, a análise do que pode a Clínica do Trabalho na pandemia, bem como quais são as modulações necessárias no campo clínico do trabalho tendo em vista as novas urgências de nosso tempo, dentre as quais exaltamos a importância de acompanhar a normatividade experimentada no e pelo trabalho como

atividade, nesse momento de intensas transformações dos processos de trabalho pela pandemia. Tais aspectos, abordamos na seção Cuidar do Ofício em Tempos de Pandemia para Cuidar de Quem Trabalha.

O campo das Clínicas do Trabalho tem sido nosso terreno de investigação há já alguns anos, por onde realizamos pesquisas especialmente junto ao setor de políticas públicas. Saúde, Educação, Assistência Social Justiça e Direitos Humanos vêm sendo esferas exploradas por nós em modalidades de pesquisa-intervenção cujas problemáticas relativas à tríade trabalho, subjetividade e saúde estão no cerne de nossa produção científica. Empregando procedimentos co-analíticos dos processos de trabalho visando acessar a atividade, as pesquisas que realizamos nessa modalidade metodológica encontra agora, na pandemia, desafios peculiares tendo em vista a necessidade de práticas de isolamento e de distanciamento social. Tal situação leva-nos a explorar os desafios de pesquisar neste campo via Plataformas Digitais situação essa que arrasta consigo novos desafios para a pesquisa, os quais serão objeto de novas investigações.

O vírus como “infidelidade do meio”: modulações da experiência pela gestão do trabalho como atividade

As mudanças nos modos de organização do trabalho ocorrem de maneira diferenciada entre os mais diversos profissionais. Se em alguns casos, como no trabalho docente, as atividades foram imediatamente suspensas e geraram, sobretudo no âmbito privado, nova situação laboral pelas plataformas digitais, no âmbito da educação pública temos uma situação de suspensão das aulas e desafios no sentido da criação de modalidades pedagógicas possíveis, em razão da desigualdade de condições de acesso aos recursos tecnológicos por parte dos estudantes e até mesmo do corpo docente. Sem falar na total inviabilidade do uso de tais recursos em diversas localidades marcadas pela pobreza espalhada pelo país.

Em outros segmentos, que temos acompanhado em nossas pesquisas, não é possível suspender as atividades que implicam contato direto com as pessoas, como nos setores da Saúde, da Assistência Social, do Sistema Prisional, do Sistema Socioeducativo, entre outros. Nesses espaços, o que se tem evidenciado é o esforço em seguir trabalhando com quadros reduzidos, em alguns casos, e fazendo uso de práticas de higienização mais frequentes. Contudo, em não raras situações, a precariedade das condições de trabalho revela sua face mais cruel quando faltam EPIs, produtos de limpeza e instalações dignas garantidoras do mínimo das medidas de limpeza e distanciamento social requeridas. Em outros casos, o

frenesi produtivo-economicista baliza decisões gerenciais que minorizam riscos sanitários aos quais são submetidos trabalhadores e trabalhadoras em diversos setores profissionais, em nome da retomada da economia. E isso apenas falando daqueles que ainda se mantêm em seus empregos.

Em todos os desenhos de situações, o que se percebe são intensas modificações nos modos de organização do trabalho, gerando novas modalidades de relação entre os pares do trabalho e entre trabalhadores e usuários de serviços. Acompanhando tais modificações, toda sorte de sentimentos e emoções vem sendo produzida, com destaque para insegurança ante os modos de trabalhar, já que estão sendo exigidas habilidades para condução dos processos laborais diferentes das habituais, medos em relação ao presente e ao futuro e forte sensação de solidão. A experiência do trabalho vê-se agora marcada por forte variação.

Se tomamos a experiência do trabalho como atividade, assim como o fazem as abordagens da Ergologia e da Clínica da Atividade, ambas situadas no escopo das Clínicas do Trabalho – o que implica levar em conta as microgestões dos processos de trabalho na gestão da distância entre o Trabalho Prescrito e o Trabalho Real –, logo conseguimos vislumbrar que o momento de pandemia instaura uma situação peculiar que vem demandando muito daquelas e daqueles que trabalham. Diante de tal infidelidade do meio, para usar um termo proposto por Canguilhem (2002), em face de um vírus que acarreta modificações concretas no âmbito da organização e das condições de trabalho, bem como da experiência subjetiva de quem trabalha, instaura-se uma situação que convoca intensa normatividade. Normatividade (Canguilhem, 2012) que se refere à vida como capacidade transitiva, capacidade de movimento e de passar de uma situação a outra. Para o filósofo, vida e norma encontram-se em relação de imanência, estando a normatividade vital, como experiência, ligada às transformações e à potência de criação de novos meios de vida diante da variação das normas. Ora, variação de normas é tudo o que o coronavírus tem provocado: normas para sair à rua, normas para estar em contato com as pessoas, normas para tocar os objetos. Tais normas apresentam peculiares impactos a depender do trabalho em questão.

Na perspectiva da Ergologia e da Clínica da Atividade, trabalhar consiste em renormatização parcial dos meios de vida (Schwartz, 2000; Clot, 2010), renormatização essa que se refere à experimentação das normas por parte de quem trabalha, experimentação que implica sempre certa transformação de si, dos modos de trabalhar e daquilo que se efetiva como produto desse processo.

A perspectiva analítica que se desenha com a abordagem do trabalho como atividade permite-nos, portanto, catalisar elementos para um debate a respeito da experiência do

trabalho que tangencia a esfera do político. Conforme Schwartz (2014), é na atividade que se processam os maiores problemas do político, uma vez que, pelo debate de normas referentes aos modos de trabalhar, mobilizam-se transversalmente a história dos seres vivos, a história social e a história de cada trabalhadora ou trabalhador. A essa perspectiva junta-se Clot (2013a), quando afirma que há no trabalho uma iniciativa dos trabalhadores e trabalhadoras que instaura uma relação no mínimo modificadora da norma, por se desenhar a história dos ofícios como matéria expressiva de uma produção coletiva (Clot, 2013a). Para o autor, experimentar o trabalho como atividade implica “construção, no comum, de um mundo em que o sujeito pode viver a experiência do real naquilo que ele tem de desconhecido e inesperado” (Clot, 2013a, p. 201), sendo no acontecimento que se reencontra, graças à instituição, o poder de agir sobre o meio, contra a instituição e além dela.

Assim, podemos vislumbrar que trabalhar em tempos de pandemia tem gerado situações de intensa normatividade por parte de trabalhadoras e trabalhadores, configurando um contexto de alta pressão, uma vez que abala esferas já constituídas do ofício, o que merece atenção. Trata-se de levar em conta que, em um momento como esse, as instâncias coletivas de proteção entre os trabalhadores podem tanto se fortalecer como se fragilizar, a depender dos espaços de fala, de escuta e de debate a respeito dos processos de trabalho.

O cenário produzido pela pandemia no campo das relações de trabalho nos leva a reafirmar alguns princípios: os humanos, insistentemente, renormatizam seus meios de vida, estão marcados pelo fato de terem a singularidade de não possuírem apenas normas vitais, pois vivem principalmente sob normas sociais. Se podemos afirmar uma característica universal da atividade humana, é o fato de sempre envolver normas que antecedem as situações laborais cotidianas. Os viventes humanos renormatizam para enfrentar as adversidades e infidelidades do meio segundo normas que referenciam a atividade antes que seja desenvolvida. Essas normas não podem ser reduzidas àquelas produzidas por humanos que controlam e exploram o trabalho dos outros, mas também são essas que queremos privilegiar, e às quais queremos dar visibilidade, que são as normas criadas pelos próprios trabalhadores como referência para o seu trabalho.

Estamos nos referindo, portanto, a um tipo de saber que sempre se faz necessário em situação de trabalho, um saber que inclui o modo como a atividade humana configura quadros específicos, localmente definidos. Essa dinâmica implica, necessariamente, tomar a inteligência do *kairós* (Schwartz, 2002), que permite dar conta das contingências do trabalho, e também as condições preexistentes, estabilizadas, que orientam as atividades, produzindo-se uma dinâmica entre os protocolos definidos *a priori*, estabilizados, e a inteligência do *kairós*,

“tempo da oportunidade”. Essa inteligência supõe habilidades memorizadas, procedimentos advindos de uma experiência que vai se estruturando ao longo do percurso laboral. Temos aí o instante criador-inventivo da atividade humana; momento em que algo se quebra, *breakdown*, que faz desviar os caminhos habituais até então praticados. E aqui se efetiva um fazer criador.

Rolnik (1994) afirma que podemos estabelecer distintas éticas e distintas políticas ante o infinito processo de diferenciação que marca o existir. Se assim é, podemos considerar uma ética do trabalho que encarna formas endurecidas que obstaculizam o movimento incessante de transformação dos processos de trabalho, mas também uma ética que busca ampliar a potência normativa dos trabalhadores, de forma a dar passagem às diferenças que nos constituem e aos acontecimentos imprevisíveis com que os humanos se deparam em situações laborais. Assim, podemos auscultar os processos de expressão e criação da experiência de trabalho e nos reapropriar de componentes subjetivos para elaborar novos mapas existenciais. Essa potência normativa (Canguilhem, 2012) implica uma capacidade de inventar normas de existência diante das situações inesperadas que exigem reorganização de nossos territórios existenciais. A experiência da pandemia da Covid-19 pode ser o instante *kairós*, um tempo oportuno para redimensionarmos nossos fazeres.

Mesmo em isolamento social, não podemos negligenciar uma espécie de estoque de atos disponibilizados para determinado grupo profissional – uma espécie de memória para prever, o que apresenta condições para a atividade em curso. Em outras palavras, uma prévia às ações, história de uma tradição. Essa abertura para tratar do contingente na atividade do clínico do trabalho advém do fato de essa atividade estar imbuída de historicidade. Qual o gesto clínico que a situação atual nos demanda? Nessa perspectiva, coletivo e singularidade não se dissociam, o que nos remete à concepção de subjetividade entendida como processo de produção sempre inacabado e movente, sensível às transformações em curso nas coletividades.

“Renormalizações” advêm dessas arbitragens, as quais são os seus resultados que, mesmo num nível infinitamente pequeno, recriam sem cessar uma história: ocorre processualmente algo novo que nos obriga a escolher, como seres às voltas com um mundo de valores. Esta é a aposta: atualizar um gesto clínico. O gesto e seus acasos estão ali para nos lembrar que o gesto não deve ser, apenas, mais bem compreendido, ou mais bem sucedido. A experiência coletiva resiste e perdura na forma de um processo ininterrupto que cada trabalhador necessitará, com seus pares, fazer mover. Ninguém recebe uma experiência pronta para ser usada; não há soluções infalíveis, externas à atividade laboral. Um gesto está

mergulhado nos processos de compartilhamento e sofre intervenção dos conflitos e tensionamentos inerentes ao exercício do trabalho.

Dessa forma, ante o inesperado da Covid-19, trabalhadoras e trabalhadores iniciam uma jornada intensa de renormatização do meio, da criação de meios para continuarem existindo, em um balé dançado sem tempo para ensaio. Haveria, nesse inusitado mundo que se anuncia, chances para a invenção de outros modos de vida produtivos gerados nessa experiência que recoloquem a importância do viver junto? Como pensar outras formas de comunidade dos seres vivos a partir da experiência do trabalho?

Cuidar do Ofício em Tempos de Pandemia para Cuidar de Quem Trabalha

Por todos os lados surgem *lives*, *podcasts*, *postagens*, redes de pessoas que se juntam para ofertar escuta aos trabalhadores que se encontram sob pressão, entre outras iniciativas que voltam a atenção para o cuidado à saúde daqueles que trabalham em tempos de pandemia. Trabalhadoras e trabalhadores da saúde, sobremaneira, mas trabalhadoras e trabalhadores de outras esferas, públicas e privadas, têm sido foco das preocupações do ponto de vista dos efeitos da pandemia em sua saúde. Ao mesmo tempo, o inusitado da situação vivida tem provocado verdadeiros *breakdowns* em nossos modos de operar as Clínicas do Trabalho.

É quando nos perguntamos: o que podem as Clínicas do Trabalho nesses tempos de pandemia pela Covid-19? O que podem as Clínicas do Trabalho oferecer aos trabalhadores que hoje vivem uma experiência avassaladora de terem que trabalhar gerindo um vírus como infidelidade do meio? O que podem as Clínicas do Trabalho nesses tempos em que tantos trabalhadores e trabalhadoras são atingidos diretamente ao terem, por seu ofício, que cuidarem de si mesmos e dos outros? O que podem elas oferecer como prática de cuidado nessa hora? Que modalidades de escuta são possíveis? Que linhas de ação podem ser ativadas no espaço público do trabalho? O que podem as práticas clínicas do trabalho produzir como efeitos clínico-políticos?

Escutar e oferecer espaços de acolhimento para dores, angústias e medos de trabalhadores e trabalhadoras, nesse momento, é sem dúvida um caminho. Individualmente, grupalmente, presencialmente ou à distância, todo esforço nessa hora é bem-vindo, e é o que temos feito. Não são poucos os referenciais operativos para realizar essa abordagem, referenciais esses que se distinguem entre si, muitas vezes, tanto em termos das ferramentas que empregam quanto de seu alcance ético-político.

Em que pese a diferença de abordagens no campo, interessa-nos pensar em modos de operar cuidado por entre o trabalho como atividade, entendendo que a saúde no e pelo trabalho é agida na feitura daquilo que uma assistente social técnica da Fundação de Atendimento Socioeducativo com quem estamos, nesse momento, atuando em ação de apoio da universidade no contexto da pandemia, nomeia como: “a realidade é construída por nós”. Assim, é nosso interesse chamar a atenção para a microgestão cotidiana da distância entre o Trabalho Prescrito e o Trabalho Real, para a dimensão da experiência do trabalho como atividade, zona na qual podemos encontrar elementos para produzir insuspeitos efeitos clínicos do trabalho nesse momento da crise sanitária provocada pelo coronavírus. A questão, portanto, é: como enfrentar essa infidelidade do meio nesses tempos? Certamente, os(as) trabalhadores(as) estão criando estratégias de normatização tomando como fio condutor a indissociabilidade entre pensar-fazer-dizer-trabalhar. Esse caminho implica a constituição de exercícios “normativos” tentando desestabilizar uma lógica normalizadora prescritiva, que nesses tempos sombrios têm se avolumado e ampliado mediante uma necro/biopolítica. Normativos porque consideramos que a vida acontece a partir da normatividade própria dos vivos, como nos indicou Canguilhem (2012). Estar em atividade industriosa (Schwartz, 2014) implica uma atitude normativa, criando um conjunto heterogêneo de estratégias que inscreva poder nas lutas pela saúde em meio a essas adversidades que a pandemia da Covid-19 nos apresenta. Retomando a máxima socioanalítica (Lourau, 2004), essas lutas buscam, em nosso entendimento, transformar para conhecer as situações concretas de trabalho, criando dispositivos de análise do vivido, dispositivos de conversação que, atualmente, acabam tendo algumas peculiaridades. Falamos em insuspeitos efeitos clínicos do trabalho por advirem de algo que Leiriche chama de silêncio dos órgãos, já que, para ele, a saúde é a vida no silêncio dos órgãos (Safatle, 2011). Trata-se de pensar a respeito do silêncio dos órgãos que se embrenha por entre os processos institucionais do trabalho, por entre as modalidades instituídas muitas vezes na burocracia e as forças instituintes que as perturbam.

Vida que se confunde com saúde, potência que engendra meio para existir, para fazer existir um trabalho, inclusive. Espécie de vida (dis)simulada que se faz por entre os enfrentamentos sistemáticos apresentados pelas infidelidades do meio e que implica uma espécie de vida impessoal que nos anima, vida que não é de ninguém propriamente, vida que é potência, força, coletivo, política.

Contudo, ainda que a saúde no e pelo trabalho esteja relacionada à transitividade do processo normativo, aos esforços de fuga a tudo aquilo que tenta dominar a vida, não é incomum escutarmos em tempos nos quais a vida é cada vez mais investida pela lógica do

gerenciamento capitalístico e pela mão, já não tão invisível, do mercado, que a saúde de trabalhadoras e trabalhadores pode ser beneficiada se cada um assumir a responsabilidade por si mesmo. Individualizante, normalizante (normalização⁶ que difere da normatividade) e despolitizantemente, são oferecidas técnicas de capitalização de si como sujeitos saudáveis capazes de lidar com as “inexoráveis” pressões da vida. Nessa direção, em situações cotidianas de trabalho, em que pesem as constantes e insistentes infidelidades do meio que convocam à criação de meios e que nos lançam a uma experiência que, por mais que queiramos, não é de nossa propriedade privada, não raras vezes nos convencemos de que estamos a resistir às forças que nos avassalam em um processo no qual, paradoxalmente, experimentamos a sensação de que estamos cada vez mais tornando-nos “donos” da situação e de nós mesmos.

Em tempos de ameaça ante o desconhecido, não resta dúvidas de que as coisas saem do lugar. Certezas, defesas psíquicas, estabilidades fisiológicas... Contudo, se seguirmos o rastro de Georges Canguilhem (2002, p. 7) de que “o espanto verdadeiramente vital é a angústia suscitada pela doença”, podemos nos posicionar, para analisar o problema clínico do trabalho em tempos de pandemia, na perspectiva da transitividade implicada na experiência normativa do trabalho, ativada, justamente, pelo sobressalto gerado pelo vírus.

Há um poema de Ferreira Gullar⁷ que diz assim: “A luta comum me acende o sangue e me bate no peito como o coice de uma lembrança”. Neste poema, escrito pouco depois do Golpe Militar de 1964 no Brasil, o poeta sinaliza: há uma experiência que não é da ordem do que nos pertence, mas à qual somos pertencidos, um processo vital que transborda os contornos do corpo individuado por serem da ordem das forças do coletivo, de algo que, marcado pela diferenciação, possibilita um trânsito criador que viabiliza algo como invenções sem inventor, uma materialidade típica de quando experimentamos o trabalho, sua abertura à criação. Espécie de arte que está na feitura do nosso ofício, na produção de uma história que se vive junto quando se arbitra, por entre valores, a respeito dos atos no trabalho (Schwartz, 2011).

Chamamos a atenção para os possíveis a serem criados como práticas de cuidado que percorrem, em situações de coanálise com as pessoas que trabalham, as inúmeras artes do fazer que se desenham todos os dias em meio aos tensionamentos provocados pela situação pandêmica. O trabalho é a oportunidade de construirmos o esboço de um mundo mais ou menos comum, indica Clot (2013b). Para ele, o trabalho como ofício necessita ser cuidado para que cuidemos das pessoas – o ofício resultando de um trânsito entre as prescrições para o trabalho, os modos como cultivamos o trabalho em nós, os endereçamentos de nossas ações

aos nossos pares e àqueles com quem trabalhamos. Ainda conta com uma instância chamada transpessoal, na qual produzem-se gêneros de ação e estilizações. Tal instância entendemos como zona coletiva por excelência, uma vez que se refere a um plano de forças que possibilita invenção de mundo (Amador & Fonseca, 2011).

Investir no trabalho como ofício, como história que é escrita cotidianamente por aquelas e aqueles que trabalham, implica apostar na produção de uma memória que se oferece como meio para reinvenção do presente. Em meio a tantas forças que situam os modos de trabalhar em certa inércia, ainda que em plena modulação permanente dos modos de trabalhar requerida pelo capitalismo, situação essa que é chave para se entender a dinâmica de produção de adoecimento no trabalho que se atualiza todos os dias, uma frase expressa essa força: “É difícil ter que brigar pra trabalhar!”, diz uma trabalhadora das Políticas Públicas referindo-se a sua experiência de trabalho habitual, mas que em tempos de coronavírus tem ganhado um contorno especial. Trata-se, no caso aqui mencionado, de uma ação de assessoria que desenvolvemos como desdobramento de pesquisa realizada no segmento da Socioeducação junto a um grupo de técnicas, psicólogas e assistentes sociais que propõem estratégias de cuidado à saúde de trabalhadoras e trabalhadores socioeducativos durante a pandemia. O comentário da técnica aqui referido diz respeito às divergências entre, de um lado, a prática considerada por ela como necessária de escuta de trabalhadoras e trabalhadores no que se refere aos seus processos de trabalho, condições e organização do trabalho na pandemia, bem como às situações de precarização e falta de treinamento para lidarem com as problemáticas cotidianas e, de outro, a política de saúde do trabalhador em curso no âmbito da Socioeducação do Estado em questão, a qual se concentra na tentativa de manutenção do quadro de funcionárias e funcionários trabalhando mediante recomendação de medidas individuais de proteção, pautadas na lógica da biossegurança e desviando, portanto, de uma linha de ação coletiva no enfrentamento da questão (Jackson Filho, Assunção, Algranti, Garcia, Saito, Maeno, 2020).

Pensamos, então, nos desafios de produzir práticas Clínicas do Trabalho orientadas pelo cuidado do ofício nesse momento tão crítico em que “algo se impõe sobre o povo” mas que também, e justamente por isso, suscita resistências insuspeitas. Seria esse o momento em que poderemos alcançar efeitos clínico-políticos também insuspeitos no que se refere à potência das Clínicas do Trabalho de enfrentar aquilo que nos oprime e constrange no trabalho marcado pelo neoliberalismo? Poderiam as Clínicas do Trabalho nos oferecer ferramentas para contribuir para a permanente criação dos ofícios, apostando em uma espécie de mutação permanente que se erigiria como resistência? Algo que a necessidade de

enfrentamento da própria Covid-19 nos ensina, já que, segundo Preciado (2020), assim como o vírus é mutante, precisaremos também de mutação para resistir?

Yves Schwartz (2011) diz que na atividade os maiores problemas do político se dão. Assim, o autor nos indica que trabalhar implica gerir a vida coletiva, decidir os modos como vamos viver juntos, enfrentando toda sorte de arranjos normativos que nos atravessam como trabalhadoras e trabalhadores. As ferramentas conceituais e metodológicas de Schwartz se oferecem a um trabalho de colocação em análise, com aquelas e aqueles que trabalham, dos embates experimentados em razão da distância entre o Trabalho Prescrito e o Trabalho Real, na atividade. Em última análise, o objeto de Schwartz é a política que se faz por entre os processos de trabalho, é do “povo que vem” (Agamben, 2013) quando se trabalha que lhe interessa cuidar, indicando que por entre o trabalho há, sim, energia suficiente para fazer mundos outros diferentes daquele que o capitalismo contornou.

Trata-se de algo como recuperar uma crença no mundo, como Deleuze (2010) nos instiga a pensar:

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos o mundo; nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo que pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície e volume reduzidos. É no nível de cada tentativa que são julgadas a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. São necessários, ao mesmo tempo, criação e povo (p. 218).

Sim, criação e povo, duas palavras que nos movem e “acendem o sangue” para operar pelas Clínicas do Trabalho. Acompanhar as trabalhadoras e os trabalhadores no fazimento intenso de seus modos de trabalhar ante a perturbadora infidelidade do meio representada pelo coronavírus – que se apresenta como força ameaçadora de nossa existência –, ajudando as pessoas que trabalham a reconhecerem os percursos de suas lutas minoritárias travadas entre seus processos de trabalho e a narrarem a história de seus ofícios, agora marcados pela pandemia, pode se converter em um modo de afirmar a vida, essa insistente potência que acaba por justificar todos os nossos esforços.

Em Tempos de Pandemia, Há que se Resistir Ansiando por Terra Nova

Se, por um lado, a pandemia nos deixa estupefatos ante algo que invisivelmente nos assombra, espécie de “mão invisível do vírus” que nos retira, rápida e violentamente, de nosso circuito *habitué* de pretensa liberdade, por outro, algo de potente se apresenta no jogo quase

que como uma espécie de “guerra de braços” (ou seria guerra de mãos?), entre a mão invisível do vírus e a mão invisível do mercado e do capital. Essa não é uma questão trivial, afinal a metáfora da guerra contra um inimigo nos indica um modo de lidar com o vírus pelo viés da morte. Guerra contra um inimigo invisível? Ora, a metáfora da guerra é apropriada por estratégias governamentais que almejam controle social e político total, antes da pandemia, durante e após ela. Uma operação de guerra acaba atingindo os cidadãos e não o vírus. A luta deve ser pela vida e não contra a morte. A vida está dando sinais visíveis de que está em revolta. Revolta contra os controles que sobre ela se busca impor. Se temos a vida como direção ético-política, precisamos formular a questão de outro modo: que lutas empreender para afirmar uma vida que não seja servidão voluntária? Como clínicos do trabalho, como nos situamos nessa luta? Numa tentativa de encaminhamento de resposta, diríamos que vamos numa direção oposta àquela que considera a felicidade uma espécie de obrigação. Não identificamos felicidade com saúde mental, que é, exatamente, capacidade de lidar com afetos, sejam eles bons, sejam ruins. Não cabe às Clínicas do Trabalho ofertar receitas de felicidade; ao contrário, afirmamos a legitimidade de uma sorte de sofrimento que não nos pacifica ou nos torna indiferentes ao que está acontecendo em escala planetária, mas um sofrimento que nos retira de um certo torpor e nos lança no laborioso trabalho de criar possíveis para não sufocarmos, como nos indicou Deleuze (2010). Propomos, então, uma Clínica do Trabalho que não vise ao amortecimento dos afetos, na sua maioria muito ruins, que os tempos atuais têm produzido.

Na esteira do que sinalizam Jean-Luc Nancy (2020), Bruno Latour (2020) e Paul Preciado (2020), a pandemia, por se exercer sobre o povo, acorda as resistências. Resistências cambaleantes, atordoadas, é bem verdade, mas elas são erigidas nesse processo. Nancy diz que o vírus nos comuniza, já que somos obrigados a enfrentá-lo juntos; Latour se pergunta a respeito de como modificar o modo de produzir e viver, uma vez que não se trata de simplesmente retomar a produção e a economia. Para ele, é necessário contestar a própria produção e questionar as conexões supostamente indispensáveis do sistema. Já Preciado pergunta-se: como criar novas estratégias de emancipação cognitiva e de resistência tendo em vista colocar em funcionamento novos processos antagonistas?

Na tentativa de indicar caminhos por onde seguir pisando, ainda que em falso, o tom dos autores é o de que precisamos resistir em um contexto desconhecido de alta mutação decorrente da propagação do Coronavírus, uma vez que a mutação já não nos seja surpresa, tendo em vista a insistente modulação dos modos de vida que caracterizam a sociedade de controle (Deleuze, 1992). Resistir torna-se mote para existir e desafio a perseguir.

Resistência, palavra que em seu sentido político remete à criação de “possíveis” em um mundo cujos arranjos do poder se encontram absolutamente perturbados e, em muitos casos, de joelhos, ante a força do imperceptível vírus. Sim, haveremos de resistir para seguirmos contando a história de nossa humanidade hoje afirmando o termo como pertencente ao problema da ação política. Da resistência em seu sentido clássico na Psicologia, como aquilo que funciona como impedimento à análise e como manutenção do sintoma, haveremos de criar novas sensibilidades para acessar os interstícios pelos quais a vida insiste por entre as frestas áridas de um solo maltratado.

No campo do cuidado com o trabalho, com trabalhadoras e trabalhadores, campo esse ao qual, cotidianamente, nós, que ora escrevemos estas linhas, dedicamos nosso trabalho de “trabalhar com o trabalho das outras pessoas”, não será diferente. Desenvolver práticas Clínicas do Trabalho tem sido uma demanda recorrente nesses tempos de pandemia. As preocupações com as pessoas que atuam na área da saúde no combate direto ao vírus que coloca vidas em risco tomam centralidade nos noticiários, mas não diferentemente é dramática a situação de milhões de trabalhadoras e trabalhadores pelo mundo afora e em suas especificidades no Brasil, que vem sofrendo perdas inestimáveis de direitos nos últimos anos pelas políticas neoliberais adotadas. Em alguns serviços com os quais realizamos atividades de ensino, pesquisa e extensão e que se situam no âmbito das Políticas Públicas de Saúde, Assistência, Educação, Justiça e Direitos Humanos, temos escutado que nunca antes a área de Saúde e Segurança no Trabalho foi tão importante. Em que pesem as diferenças de orientação conceitual-metodológica, as diferentes abordagens Clínicas do Trabalho nos permitem afirmar uma direção interessada que coloca em questão os processos pelos quais são produzidos modos de pensar, sentir e agir por entre normatividades e normalizações, explorando os modos como, nessa experiência, expandimos nosso poder de ação no mundo.

A crise sanitária que vivemos está a suscitar outros organismos, esfera por onde, inevitavelmente, se engendram Corpos sem Órgãos, como dizem Deleuze e Guattari (1996). Provocados pelo vírus, estamos sendo forçadas e forçados a experimentar Corpos que estão a viver situações limite e trânsito de intensidades, peculiares à pandemia. Assim, paradoxalmente, a presença do vírus instaura um plano de consistência próprio do desejo e produtivo, que se abre a conexões, que é afeito a territorializações e desterritorializações, oportunidade de desfazimento de certos arranjos orgânicos carregados de significância e abertura à experimentação capazes de nos fazer revirar a terra e germinar novas lutas e modos de existir.

Algo já vinha se impondo sobre a população fazia tempo, antes mesmo do Coronavírus. Mas “o povo por vir”, como fala Agamben (2013), se relança a cada minuto, a despeito de tudo isso que faz deste ano de 2020 marca indelével que divide as águas de muitas existências nos mais diversos contornos de luta como esperança de terra nova. Terra nova onde sentir, agir e pensar se afirmem como possíveis criadores de outros possíveis. Haveremos de cultivá-la.

Referências

- Agamben, G. (2013). *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Amador, F. S., & Fonseca, T. M. G. (2011). Atividade: o trabalho sob o signo do inacabamento. In: D. S. Rosemberg, J. Ronchi Filho, & M. E. B. de Barros (Orgs.), *Trabalho docente e poder de agir: clínica da atividade, devires e análises* (pp. 19-50). Vitória: EDUFES.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Arendt, H. (2006). *O que é política?* 6. ed. Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Arendt, H. (2009). Que é liberdade? In H. Arendt, *Entre o passado e o futuro*. (pp. 188-220) 6. ed. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva.
- Canguilhem, G. (2002). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Canguilhem, G. (2012). O normal e o patológico. In G. Canguilhem, *O conhecimento da vida* (pp. 169-185). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Ed. Fabrefactum, Belo Horizonte, 2010.u
- Clot, Y. (2013a). A contribuição de Tosquelles à Clínica do Trabalho. *Trabalho & Educação*, 22(1), 199-208. doi: <https://doi.org/10.17648/2238-037X-trabedu-v28n3>
- Clot, Y. (2013b). O ofício como operador de saúde. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16 (especial), 1-11. doi: 10.11606/issn.1981-0490
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2010). *O que é a Filosofia?* São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Franco, D. S. & Ferraz, D. L. da S. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cad. EBAPE.BR*. vol.17, no. Spe, Rio de Janeiro, Nov. Epub, Dec 09.

- Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gullar, F. (2001). A luta comum me acende o sangue. In Gullar, F., *Toda poesia* (p. 169). 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Jackson, J.M., Ávila, A.A., Algranti, E., Garcia, E.G., Saito, C.A., Maeno, M. (2020). A saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19. *Ver. Brasileira de Saúde Ocupacional*, vol. 45, São Paulo.
- Latour, B. (2020). Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. *Pandemia Crítica, N-1*. Recuperado de <https://n-1edicoes.org/textos-1>
- Lazzarato, M. (2020). É o capitalismo, estúpido! *Pandemia Crítica, N-1*. Recuperado de <https://n-1edicoes.org/textos-1>
- Lazzarato, M., & Negri, A. (2001). *Trabalho imaterial. Formas de vida e produção e subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Lourau, R. (2004). Implicação um novo paradigma. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: analista institucional em tempo integral* (pp. 246-258). São Paulo: Hucitec.
- Nancy, J.-L. (2020). Comunovírus. *Pandemia Crítica, N-1*. Recuperado de <https://n-1edicoes.org/textos-1>
- Preciado, P. (2020). Aprendendo do vírus. *Pandemia Crítica, N-1*. Recuperado de <https://n-1edicoes.org/textos-1>.
- Rolnik, Suely. O mal-estar da diferença. Trabalho apresentado no *III Fórum Brasileiro de Psicanálise*, Belo Horizonte, dez./1994. Recuperado de www.pucsp.br
- Safatle, W. (2011). O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *ScientiaeStudia*, 9(1), 11-27. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662014000300001>
- Schwartz, Y. Trabalho e uso de si. (2000). *Pro-posições*, Campinas, v. 1, n. 5 (32), p. 34-50, jul.
- Schwartz, Y. (2002). Disciplina epistêmica, Disciplina ergológica. Paidéia e Politéia. In: *Pro-posições*. 13(1).
- Schwartz, Y. (2011). Manifesto por um ergoengajamento. In P. F. Bendasosli, & L. A. Sobol (Orgs.), *Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 132-166). São Paulo: Atlas.
- Schwartz, Y. (2014). Motivações de conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras de Hoje: Porto Alegre*, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul./set.

Revisão do artigo: Jorge Moutinho Lima

jorgemoutinholima@gmail.com

¹ Os marcadores sociais da diferença ou da desigualdade têm sido cada vez mais alvo de investigação em nossas pesquisas no campo das clínicas do trabalho, tendo em vista a escassez de estudos que abordem aspectos de raça, gênero e corpos com deficiência do ponto de vista do trabalho como atividade.

² Sites consultados em 24/05/2020: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-da-saude.shtml>>; <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf>; <<https://nacoesunidas.org/cinco-pontos-chave-para-a-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-na-resposta-a-covid-19/>>.

³ <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=desemprego+na+pandemia>. Consultado em 30/08/2020.

⁴ As pesquisas que dão sustentação às discussões presentes neste artigo contam com financiamento CNPQ e CAPES.

⁵ Para Georges Canguilhem (2012), a vida implica uma capacidade transitiva, capacidade de movimento e de passar de uma situação a outra. Para o filósofo, vida e norma encontram-se em relação de imanência, e a normatividade vital está ligada às transformações e à potência de criação de novos meios de vida diante da variação das normas.

⁶ Foucault (2008) dedica-se a explorar a produção das normas sociais do ponto de vista da sociedade de normalização, como modo de exercício do biopoder, ou seja, uma estratégia de governo que incide sobre a vida das populações, diferindo-se e coexistindo com o modelo disciplinar, que visava principalmente à otimização da força de trabalho nos indivíduos.

⁷ Poema intitulado *Maio 1964*, publicado no livro *Toda poesia* [(Gullar, 2001)].